

DISCUSSÃO Profissionais e lideranças dizem que proposta da presidente Dilma, após protestos, causa confusão

Plebiscito gera dúvidas em Mogi

SABRINA PACCA

As dúvidas que apareceram em relação à realização ou não de um plebiscito para que o povo vote sobre a reforma política, uma ideia que a presidente Dilma Rousseff (PT) teve depois que milhares de brasileiros foram às ruas para cobrar medidas contra a corrupção e melhorias no transportes, educação e saúde, também condão os mogianos. O processo poderá valer para as eleições de 2014? Há necessidade mesmo dessa consulta popular, já que o tema é complexo e difícil de ser resumido em uma simples escolha de sim ou não?

Anteontem, depois de anunciar que não há tempo hábil para realizar um plebiscito sobre a reforma política ainda este ano, o vice-presidente Michel Temer, divulgou nota de esclarecimento afirmando que o Governo mantém o compromisso anunciado por Dilma de realizar uma reforma política que amplie a representatividade das instituições por meio de uma consulta popular. Anteontem, no entanto, não havia uma definição sobre o caso.

Para o advogado Eduardo Malta Moreira, um plebiscito, nesse caso, é desnecessário e funciona mais como uma forma de camuflar os problemas do Governo. "A democracia direta só existe quando a resposta dada pelo povo é sim ou não. Nem pesquisas de opinião, diárias, seriam capazes de conhecer o que a população pensa sobre a reforma política porque é um tema complexo. Esse caminho apontado pela Dilma não é bom. Ela tirou da cartola essa saída e jogou no colo do Congresso e do Judiciário um problema grande, que já existia há anos, somente para tentar contentar o povo. Não dá tempo mesmo de se fazer uma consulta popular desse tipo para que valha já nas eleições do ano que vem. Além do mais, se



REPERCUSSÃO Junji diz que é preciso calma e Malta rejeita proposta

desse tempo, não resolverá essas questões porque o número de reclamações é grande, em diversos setores. Ou o governo eleito toma uma providência ou não o governo. Essa demagogia não vai

resolver nada. Como tirar a conclusão da opinião de 100 milhões de eleitores sobre voto distrital, financiamento de campanha? O País passa por um momento em que não cabe a demagogia. É ne-

cessário pulso firme para ações administrativas sérias, sem soluções mirabolantes", salienta o advogado.

Da mesma forma, o professor e historiador Cláudio Riccioli alerta para o fato de o Governo estar querendo fazer as coisas "a toque de caixa". "Será pior fazer assim, correndo. As questões que envolvem uma reforma política são profundas. Como a população, as mais humildes, entenderão o que é voto distrital, como se financie uma campanha, como funcionam os partidos políticos? Muitas vezes as pessoas não sabem nem o básico, como é que faz um deputado e um senador. Fica me perguntando qual será o real motivo da presidente insistir nessa história? Quer populari-

dade? O partido dela só é beneficiado? Porque para fazer esse plebiscito só por fazer, não tem sentido. Não há tempo hábil para explicar ao povo essas questões. Além do mais, essa consulta popular custará aos cofres públicos cerca de meio milhão de reais e não vai funcionar", destacou o professor.

Por fim, o deputado federal Junji Abe (PSD) diz que sempre defendeu a reforma política, mas acredita que essas mudanças não podem ser feitas de forma alugada. "Já se faz tarde essa reforma política, mas é uma coisa que não se faz do dia para noite, no calor da emoção. Tem que ser feito mesmo, com calma, independentemente se val ou não valer para 2014", argumentou.